



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

PROPOSTA DE LEI COMPLEMENTAR N. 25 DE 11 DE 10 DE 2023.

Altera o artigo 27, da Lei Complementar
n.º 221/2010, para incluir a titulação
coletiva de unidades jurisdicionais

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta
e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 27 da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de
dezembro de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27 - A prestação jurisdicional de Primeiro Grau
no Estado do Acre será realizada por um ou mais juízes de
direito em cada uma das unidades judiciárias relacionadas no
Anexo III desta lei.

§ 1º Cabe ao Tribunal Pleno Administrativo, mediante
resolução, disciplinar a titularização coletiva de unidade
judiciária.

§ 2º As unidades judiciárias de que trata este artigo,
com os respectivos cargos de juiz de direito, serão instaladas
gradativamente pelo Poder Judiciário, com base em critérios
técnicos objetivos que identifiquem a necessidade, levando-se
em conta, principalmente, a demanda processual, a densidade
populacional, o índice de crescimento demográfico, a distância



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

de localidades onde haja outras unidades e as áreas consideradas estratégicas, observada a disponibilidade de recursos orçamentários, em conformidade com o § 1º do art. 169 da Constituição da República.

§ 3º Cabe ao Tribunal Pleno Administrativo, mediante resolução, dispor sobre a titulação individual ou coletiva, estabelecer ou modificar a competência das unidades jurisdicionais, referidas neste artigo, de acordo com as necessidades de cada localidade, atribuindo-lhes denominação que as identifique e numeração ordinal para as de mesma jurisdição.

§ 4º Os juízes de direito previstos no Anexo IV desta lei serão lotados em cada circunscrição judiciária e designados segundo a necessidade do serviço por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco/AC, ____ de _____ de 2023.

REGINA CELIA FERRARI
LONGUINI:44623089991

Assinado de forma digital por REGINA
CELIA FERRARI LONGUINI:44623089991
Dados: 2023.10.09 13:22:06 -05'00'

**Desembargadora Regina Ferrari
Presidente do TJAC**